

# *Câmara Municipal de Bertioga*

Estado de São Paulo

*Estância Balneária*

Folha: \_\_\_\_\_

Proc: \_\_\_\_\_

REQUERIMENTO Nº 145 / 12

Protocolo: 36.189

Data: 11/09/12 Hora: 11:20

Ofício: \_\_\_\_\_

( ☒ ) Aprovado ( ☐ ) Reprovado na

25 SO, realizada em 11/09/12

3 adendo

Presidente

**Assunto:** Universalização dos serviços de água e tratamento de esgoto conforme A lei federal nº 11.445 de 5/02/2007

MARCELO HELENO VILAR.  
Presidente da Câmara

Bertioga, dia 11 de Setembro de 2012.

Excelentíssimo Sr. Presidente,  
Nobres Vereadores:

**Os vereadores Dr. Jurandyr Teixeira das Neves e Clayton Fernandes Baptista**, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante Vossa Excelência, ouvido o Douto Plenário, apresentar o seguinte Requerimento:

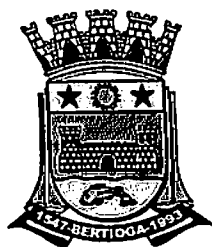
Em 29 de Maio de 2007, o vereador Dr. Jurandyr, através de requerimento, solicitava cópia do contrato de concessão com a SABESP, autorizado pela Lei Municipal de Bertioga 059/1994.

Surpreso, descobrimos que o executivo até aquela data não havia feito contrato de concessão para execução e exploração dos serviços de abastecimento de água e de coleta e destino final de esgotos sanitários no município.

Já neste mandato, através do ofício 083/09 – SEAD – processo administrativo 640/09 em 13/3/2009, o poder executivo reafirmou que o contrato não havia sido formalizado.

Afirmava ainda que a Lei Federal nº 11.445 de 05/01/07, mantinha uma concessão informal e tinha validade máxima até o dia 31 de Dezembro de 2010.

A lei federal nº 11.445 de 5/02/2007 estabeleceu diretrizes nacionais para o saneamento básico e nos seus princípios fundamentais no inciso I do art 2º afirma a universalidade do acesso e no seu art 3º inciso III – repete a universalização e ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico conforme a lei.



# *Câmara Municipal de Bertioga*

Estado de São Paulo

*Estância Balneária*

A falta de um contrato formal com a SABESP impede a inclusão de centenas de moradias e universalização do fornecimento de água potável em áreas que já deveriam, estar beneficiadas pelo Estatuto das Cidades no que tange a regularização fundiária urbana e tem o fornecimento de energia elétrica regularizado, como exemplo o bairro do Jd Ana Paula, Chácara Vista Linda entre as ruas Central e São Gonçalo e tantos outros locais.

Para tanto requeremos que sejam prestadas as seguintes informações:

- 1) Existe algum contrato firmado entre o Município e a SABESP, cujo prazo limite era de 31/12/2010? Em caso positivo informar Objeto, Prazo de Validade e enviar cópia do contrato.
- 2) Sob qual fundamento jurídico a SABESP fornece água potável para os municípios?
- 3) Existem tratativas com a SABESP para o fornecimento da água potável de maneira universal conforme preconiza a lei 11.445 de 2007? Estas tratativas dependem da regularização fundiária urbana, exceto nas áreas de risco e de preservação permanente?

Observados os preceitos regimentais, este é o Requerimento que vai devidamente subscrito, que deverá ser respondido no prazo da LOM.

**Renato Faustino de Oliveira Filho**  
Vereador

  
**Dr. Jurandyr José Teixeira das Neves**  
Vereador

**Marcelo Heleno Vilarés**  
Vereador

**Caio Arias Mathias**  
Vereador

  
**Clayton Fernandes Baptista**  
Vereador

**Ney Vaz Pinto Lyra**  
Vereador